

HENRIQUES, Luiz Sérgio. Reformismo de esquerda e democracia política. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Coedição: Verbena Editora, 2018 (304 p.).

Este *Reformismo* chega em uma hora de desorientação de proporções desconhecidas no Brasil contemporâneo. Aceitando sem reservas a democracia política e o Estado Democrático de Direito, o autor interpela criticamente as correntes hegemônicas nas esferas governamentais, no associativismo e em setores da cultura durante a era petista. Ao mesmo tempo, refere-se a uma esquerda democrática que tarda em se afirmar no Brasil, mesmo contando com áreas social-democratas, reformistas e socialistas em vários ambientes, bem como com numerosos intelectuais independentes. O livro tem como pano de fundo uma autorreflexão que, com o olhar posto no tempo atual, o autor realiza sobre o campo da esquerda pecebista, a que ele próprio se manteve filiado durante muitos anos.

RAIMUNDO SANTOS

(Autor, entre outros, de *O marxismo político de Armênio Guedes*)

Luiz Sérgio Henriques é um pensador de esquerda. Não, caro leitor, não há um oxímoro aqui, apesar da indigência do pensamento de esquerda dominante no Brasil. Luiz Sérgio não só é um pensador de esquerda, como um dos mais lúcidos e sofisticados intelectuais brasileiros.

Nos artigos reunidos neste livro, e publicados ao longo de oito anos em *O Estado de S. Paulo*, ele recolhe a melhor herança da esquerda ocidental para um arguto olhar sobre a vida brasileira e sobre um mundo em contínua mutação. Herança que, para nosso autor, resulta de um duro aprendizado, teórico e prático, de que não é possível haver uma esquerda efetiva sem sua vinculação radical à democracia, aos direitos e, por consequência, a uma razão política atenta às demandas por inclusão social e pela expansão e aprofundamento da própria democracia.

A história nos mostrou que não há mais lugar para uma esquerda obsedada teleologicamente pela fantasia de uma revolução final, destinada a recriar o paraíso no solo sempre oscilante dos

humanos, obsessão que redundou na construção de governos tirânicos e no culto a líderes impiedosos. O que existe para a esquerda é o

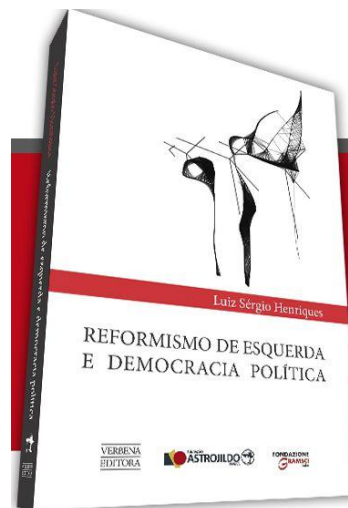
seu próprio movimento pedagógico, dirigente e criativo, de tal modo que ela se torne também um agente sem o qual a democracia não pode existir, com suas regras, com a alternância de poder e com a ambição de proteger os mais fracos perante um capitalismo globalizado e também impiedoso.

É desta perspectiva exigente que Luiz Sérgio lança um olhar crítico sobre a experiência das esquerdas na América Latina e, em especial, no Brasil. Com incômodo e preocupação crescentes, ele constata que os velhos fantasmas ainda assombraram e assombram esta experiência: partidos de governo movidos apenas pelo projeto de poder, que os leva a lançar mão de todos os meios possíveis – a demonização dos adversários, o marketing antipedagógico, a cooptação e a decapitação dos outros partidos e movimentos sociais, o vasto esquema de corrupção – para se perpetuarem no poder.

Uma experiência que se consome na antipolítica e na visão puramente instrumental da democracia. Haveria muito o que dizer ainda deste livro, cuja relevância se afirma ainda mais pelo momento que vivemos no Brasil. Mas deixo ao leitor o prazer de descobrir que há vida inteligente e pensamento democrático na esquerda brasileira.

RUBEM BARBOZA FILHO

Professor Titular da UFJF



PREFÁCIO

A análise política em tempos velozes

MARCO AURÉLIO NOGUEIRA*

Das várias coisas que podem ser usadas para tipificar a política nos dias atuais, uma das mais eloquentes é a velocidade. Em uma época que fez da rapidez um valor e um eixo de organização da vida, como a atual, essa é uma afirmação que assume a condição de verdade absoluta.

Quem governa e exerce poder vale-se da lentidão: precisa dela para respirar, fazer cálculos e decidir. Em boa medida, o governante poderoso pretende prolongar o passado, aquilo que existe. As oposições e os cidadãos têm pressa: desejam para hoje tudo o que tem sido postergado e tudo a que aspiram. Querem antecipar o futuro. A lentidão precisa ser modulada com sabedoria e capacidade de comunicação persuasiva. Se for excessiva, pode fazer com que oportunidades de avanço se percam e apoios sejam desperdiçados, levando a que não se consiga governar os ambientes. A antecipação acelerada do futuro, por sua vez, pode ser feita de forma voluntarista, em nome da vontade de mudar, perdendo de vista as determinações fundamentais e as possibilidades concretas de mudança.

Hoje, a velocidade dos fatos aumenta na mesma proporção em que cresce a complexidade social (a diferenciação, a individualização, o desentendimento) e acelera-se a inovação tecnológica, sobretudo a que afeta a comunicação e a informação, internet à frente. Quanto mais tribos, nichos e redes, maior é o volume de fatos e mais veloz é a sucessão deles. Dadas

as interações e as trocas amplificadas, fatos passam a significar também versões e interpretações. Narrativas proliferam.

O resultado desse amontoado de atos, versões e interpretações, com as expectativas que geram, é um agregado que se movimenta sozinho, sem que encontre um centro gerador claro e preciso. O bólido gira em alta velocidade, como slides que deslizam rapidamente em um carrossel, sem que os espectadores tenham tempo de assimilá-los. Como decorrência, multiplicam-se boatos e *fake news*, verdade e mentira se misturam, palpites e opiniões caem sobre a população como uma tempestade de raios, a mídia é onipresente. Forma-se uma névoa densa, que ajuda a rebaixar a qualidade das “narrativas” individuais, coletivas, governamentais ou patrocinadas por organizações. Vozes se espalham em tom de “verdade categórica”, impulsionadas por pessoas, *bots* ou empresas especializadas.

Fatos se sucedem com rapidez inusitada, movidos por expectativas inflacionadas, ódios e ressentimentos à flor da pele, notícias e informações multiplicadas, discursos, debates e falas incessantes. Há movimentos de luta, reivindicação e protesto os mais variados, condizentes com uma época que fez dos direitos humanos e das postulações identitárias um de seus signos mais fortes. A vida cotidiana, como sempre, mostra-se mais dura do que se possa imaginar, sobretudo para os que trabalham e devem se organizar mediante empregos que escasseiam e salários que não aumentam.

Tudo incide sobre o espaço em que atuam os políticos, com seus partidos e suas agendas, e no qual se organizam as escolhas dos eleitores e as decisões dos governantes. A política, em si mesma, é revolvida de

* Professor de Teoria Política e coordenador do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais da Unesp, São Paulo

cima a baixo, com a crise despontando em cada curva do caminho, ora sob a forma do questionamento da representação, ora sob a colocação em xeque da ideia mesma de democracia, ora problematizando a figura dos políticos.

No plano do pensamento, passa-se algo semelhante. O cenário célere e mutante desafia os analistas, obrigando-os a checar mais fontes, a incluir mais ângulos de observação e a atravessar uma muralha de interpretações que complicam a relação “normal” entre essência e aparência. As análises tornam-se mais tentativas do que nunca, ou refugiam-se no academicismo típico da hipermodernidade, movido a citações e referências e pouco atento à dimensão pública do trabalho reflexivo. Exige-se sempre mais a incorporação de formas de pensar próximas da dialética e da teoria da complexidade, capazes de considerar que espaços dispostos em redes costumam gerar modalidades permanentes de caos, que se reproduzem e se refazem, até mesmo quando se estabilizam. Longe de ser um oxímoro, o “caos estável” é uma figura que se remete com facilidade aos dias que correm.

Luiz Sérgio Henriques é um intelectual refinado, que navega na turbulência com um estoque enciclopédico de conhecimentos e um estilo precioso, que não faz concessões nem à simplicidade argumentativa nem às facilidades da gramática e da linguagem. Quando vai às conjunturas para buscar compreendê-las, vale-se da serenidade reflexiva e da elegância, seguro de que a realidade é fugidia, escapa dos que tentam abraçá-la e os convida a uma interação paciente, muitas vezes recorrente. Lê-lo é como tomar fôlego para ver melhor e seguir em frente, até mesmo porque seus textos não são contemplativos, mas carregam sempre um convite à ação.

Afinal, um intelectual de esquerda que defende a democracia como valor universal

– um valor que está além de escolhas dilemáticas e não pode ser negociado – compromete-se não só a desvendar o real, mas a traduzi-lo mediante uma pedagogia cívica que eduque e mobilize.

Ao reunir os textos escritos para *O Estado de S. Paulo*, Luiz Sérgio nos oferece uma oportunidade para pensar no país em que vivemos e na época histórica de que não podemos fugir. Os textos recobrem um período emblemático de oito anos, contados a partir de 2010. Passam, portanto, por um trajeto acidentado, no qual não só a velocidade aumentou como também se sucederam alguns “acidentes de percurso” que, superpostos e entrelaçados, fizeram o país chegar ao enigmático ano de 2018.

Encadearam-se nesse período a eleição e a reeleição de Dilma Rousseff, as grandes manifestações de junho de 2013, a revelação de grandes crimes de corrupção e o avanço da luta contra eles, a prisão de poderosos empresários e líderes políticos, um impeachment presidencial, a ascensão e a queda do PT, com a condenação e a prisão de Lula, seu líder maior, os tropeços que levaram ao rebaixamento do PSDB, o agravamento da crise nacional. O processamento político desses “acidentes” deixou a desejar, como se estivessem ausentes os atores que poderiam dele se encarregar: partidos, lideranças, organizações da sociedade civil e intelectuais. Perderam-se oportunidades para dar início à reconstrução do país. O déficit foi brutal, comprometendo a qualidade da democracia e erguendo uma interrogação ao futuro.

Sobredeterminando tudo isso, houve a ação da época histórica. O capitalismo globalizado ganhou alento e seguiu seu curso, alheio a controles e regulações. A turbulência econômica passou a ser personagem usual no mundo. O fundamentalismo foi reforçado, ganhando agora a companhia de nacionalistas xenófobos e demagogos, a democracia

representativa tornou-se sensível demais às transformações que sacodem a vida cotidiana, a cultura de esquerda não conheceu o necessário revigoramento, o mundo do trabalho se desorganizou, a robótica, os celulares e a informatização generalizada redesenharam o modo como os humanos vivem, pensam e fazem coisas.

O analista da política e da cultura, como é Luiz Sérgio Henriques, debruça-se sobre um cenário que não se fixa, que parece sempre em movimento, mesmo quando se repõe. Deve tentar captar o essencial do slide disposto pelo carrossel enlouquecido, sem perder de vista aquilo que vem em seguida e se projeta no horizonte. Precisa ser rápido sem ser apressado.

A velocidade está intimamente associada ao ritmo das mudanças. Há mudanças rápidas, outras precisam de tempos longos para amadurecer. Há épocas velozes e épocas em que a vida nem parece mudar, sociedades que navegam com as ondas e outras que mal conseguem sair do lugar. Em nossa época, muda-se tanto que a mudança ficou fora de controle. Sabemos que ela já está aí, mas não podemos dosá-la nem direcioná-la. Mesmo assim, vivemos todos querendo mudar mais e no menor intervalo de tempo, somos praticamente subsumidos pela fascinação do novo, do que virá amanhã.

A velocidade com que o “novo” substituirá o “velho” intriga, até mesmo porque não pode ser controlada. Há modulações e determinações a serem consideradas. A repentina subida da temperatura política e social pode tanto desencadear mudanças não previstas quanto acelerar outras já delineadas. Pode também desorganizar de tal forma o quadro existente que a complicação se torna inevitável, fazendo crescer a névoa que ilude e engana. “Explosões” são sempre risco e surpresa: fascinam, geram temor, excitam esperanças, alteram humores, disposições e resistências. É quando os analistas são chamados a atuar.

O “novo” – um sistema, uma sociedade, um partido, uma elite política, uma cultura, um comportamento – não resulta da “vontade política” de quem quer que seja. Atos de vontade são importantes, mas não podem tudo. Não basta existir disposição, empenho e dedicação para que o “velho” seja deslocado. Ele está enraizado em terrenos muitas vezes arados pelo tempo secular, funciona como referência essencial para condutas, hábitos e pensamentos. Somente a ingenuidade política e o desconhecimento dos ritmos da história podem relativizar o peso que as gerações mortas têm sobre o cérebro dos vivos, como escreveu Marx no *Dezoito Brumário*. A resistência à mudança, extenso e conhecido capítulo dos estudos sociais, não se apoia exclusivamente em interesses prejudicados, mas obtém a maior parte de sua força precisamente do “velho” que repousa entranhado nas bases da vida coletiva. Recusa-se a mudança por temor a ela, por não se saber direito o que fazer se aquilo que é conhecido deixar de existir.

Reformas complexas como são as da educação, da saúde e da previdência – os sistemas básicos de proteção social – requerem tempo para serem gestadas com um mínimo de consenso e executadas com sustentabilidade. Seus efeitos não são imediatos, mas fazem-se sentir ao longo de décadas. Enfrentam resistências e oposições, seja porque afetam interesses constituídos, seja porque se deparam com hábitos cristalizados, não disponíveis para serem substituídos de um dia para outro.

Mudanças sistêmicas, que mexem com sistemas de vida, com modos de agir, pensar e sentir, não têm como ocorrer de chofre, abruptamente. Tentativas nesse sentido costumam dar errado. Justamente porque são complexas, tais mudanças vêm a contagar: vencem quando são incrementais e economizam rupturas bruscas. São alterações moleculares, muitas vezes microscópicas e silenciosas, que, com o

tempo, tendem a se acumular e a revolucionar o organismo social como um todo.

O incrementalismo persegue a mudança segura, processual, blindada contra retrocessos. É uma perspectiva que valoriza a negociação e o acúmulo de forças, requerendo, por isso, a presença em cena de sujeitos políticos qualificados, dispostos a fazer “sacrifícios” e a se distanciar dos aplausos fáceis das multidões. É uma perspectiva que requer maiores doses de inteligência política, sofisticação intelectual, paciência, bem como daquilo que os gregos chamavam de *phrónesis*, prudência.

Coisas que se mostram escassas na época atual, e não por força da velocidade. Em contextos de alta complexidade, como são os nossos, o incrementalismo revela-se como a principal ferramenta de construção. Sua condição de possibilidade, porém, depende da existência de um grupo dirigente qualificado, que saiba não somente construir e conduzir o processo como também ouvir as ruas, de modo a assimilar e direcionar as pressões mais disruptivas. O incrementalismo só é sábio quando se ajusta ao tempo e à “alma” das sociedades.

Deve-se a Gramsci – autor caro a Luiz Sérgio Henriques – a imagem do “Príncipe moderno” como uma figura política que está além do indivíduo talentoso e se materializa em um organismo, que ele identificava com o partido político, “elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação”. Dos anos 1930, quando Gramsci desenvolveu sua teoria, aos dias atuais, muita coisa se passou no campo dos partidos políticos, que entraram no século XXI em franco processo de reinvenção. A ideia de que aqueles que sabem se organizar conseguem mais, porém, permanece mais válida do que

nunca. O problema político das sociedades continua a depender da existência de cidadãos educados e de grupos dirigentes qualificados.

O Príncipe dos tempos hipermodernos não é o filósofo dos gregos nem o técnico especialista ou o gestor empreendedor. Não parece ser mais, também, o partido político tradicional, com suas estruturas rígidas e verticais. Mostra-se mais como um “organismo” que saiba dominar a arte do governo e se ponha na perspectiva de valorização do Estado democrático e republicano. Sua *politiké epistémē*, sua ciência do governo da coisa pública, suas ciências da política não têm como se dissociar de uma rede de instituições vocacionadas para trazer o povo ao governo, aprofundando os pactos básicos de convivência e a formação de novos alinhamentos políticos e intelectuais. Somente assim um governo poderá contribuir para “civilizar” a expectativa social inflacionada e interagir com os governados.

O Príncipe hipermoderno, porém, continua a manter laços fortes com os Príncipes de todas as épocas. Deve agir para agregar interesses, articular apoios e alcançar consensos, buscando apresentar soluções positivas para os diversos problemas com que se defronta: faz a crítica do existente, mas também apresenta um projeto para a sociedade. Continua a ser, portanto, mais dirigente que governante.

Tudo ficou ao alcance das mãos e paradoxalmente mais difícil: não há somente destroços e derrotas, mas tudo aquilo que anuncia um futuro próspero, fraterno e socialmente justo se mostra carente de bases sólidas e artesãos qualificados.

Com o livro de Luiz Sérgio Henriques, o leitor encontra uma ótima ocasião para pensar no país em que vive e na época histórica de que não pode fugir. Seu texto

elegante e provocativo nos ajuda a refletir sobre a cultura do nosso tempo, em suas inflexões mais à esquerda ou mais liberais, e sobre a política que se desfaz e se refaz por obra da complexidade e da velocidade. De forma mais direta, convida-nos a refletir sobre as chances e as condições de

possibilidade de um reformismo de esquerda que dignifique a democracia política.

São Paulo, junho de 2018.